



Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-388-0 DOI 10.22533/at.ed.880191206 1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia. 3. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres. II. Série. CDD 303.4833
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este e-book apresenta uma série de pesquisas sobre o papel do jornalismo na sociedade e as mudanças que ocorreram na comunicação ao longo da história a partir do ambiente virtual e das novas ferramentas tecnológicas. Neste volume, o leitor poderá compreender as características dos textos publicados nos jornais no início do século XX, época em que o ofício se dividia entre o jornalismo e a literatura.

Dentre os estudos, autores discutem a dimensão crítica, especificamente a jornalística, na formação de cidadãos mais conscientes em relação às mídias e trazem a diferenciação entre os termos alfabetização midiática, mídia-educação e educomunicação. Ao encontro deste tema, outra pesquisa analisa a contribuição do ombudsman na elucidação de um fato socialmente relevante.

Artigos abordam a prática jornalística contemporânea neste momento de pós-verdade e a sua adaptação às novas plataformas, assim como, revelam a transformação nos modos de produção impulsionada pela internet e o uso de big data. Além disso, também é possível compreender como o jornalismo se apropria de conversações, interações e mensagens que circulam em sites de redes sociais para a construção da notícia. Esta obra reúne reflexões teóricas importantes para aqueles que são pesquisadores, profissionais e estudantes da área.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA COLUNA DE <i>OMBUDSMAN</i> PARA A COMPREENSÃO DO ACONTECIMENTO NO CASO DA MORTE DO REITOR CANCELLIER	
Diana de Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.8801912061	
CAPÍTULO 2	12
A CRÍTICA DA MÍDIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS	
Cristine Rahmeier Marquette	
DOI 10.22533/at.ed.8801912062	
CAPÍTULO 3	24
AGÊNCIAS INDEPENDENTES DE JORNALISMO E A PRÁTICA DO BIG DATA: CREDIBILIDADE E REVITALIZAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL	
Leonel Azevedo de Aguiar Claudia Miranda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8801912063	
CAPÍTULO 4	36
APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE ETNOJORNALISMO	
Mônica Panis Kaseker	
DOI 10.22533/at.ed.8801912064	
CAPÍTULO 5	46
ENGAJAMENTO E CIDADANIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO NARRATIVA DO SOS IMPRENSA	
Ana Carolina Kalume Maranhão Marcos Amorozo Rafiza Varão	
DOI 10.22533/at.ed.8801912065	
CAPÍTULO 6	57
JORNALISMO E LITERATURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA LEITURA COMPARATIVA ENTRE LIVROS E REPORTAGENS DE JOÃO DO RIO	
Aline da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.8801912066	
CAPÍTULO 7	69
NOTÍCIAS ELABORADAS A PARTIR DE SITES DE REDES SOCIAIS NO CASO MARIELLE FRANCO	
Ingrid Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8801912067	
CAPÍTULO 8	80
PÓS-VERDADE E FAKE NEWS: O JORNALISMO NA CONTEMPORANEIDADE	
João Marcos Maia de Santana da França Mayara Souza Suzart Daniela Costa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8801912068	

CAPÍTULO 9	88
PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA E REORGANIZAÇÃO EM REDAÇÕES JORNALÍSTICAS: UM OLHAR SOBRE A ESTRUTURA E A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS EM CIBERMEIOS BRASILEIROS	
Jonas Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.8801912069	
CAPÍTULO 10	100
SOBRE AS CAPAS: NOTÍCIAS E PRODUTOS À VENDA NA PRIMEIRA PÁGINA	
Karenine Miracelly Rocha da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.88019120610	
CAPÍTULO 11	113
VISÕES MÍTICAS NA POÉTICA DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN E O EFEITO CASSANDRA EM DISCURSOS MIDIÁTICOS	
Gisele Centenaro	
DOI 10.22533/at.ed.88019120611	
SOBRE A ORGANIZADORA	134

A CONTRIBUIÇÃO DA COLUNA DE OMBUDSMAN PARA A COMPREENSÃO DO ACONTECIMENTO NO CASO DA MORTE DO REITOR CANCELLIER

Diana de Azeredo

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis (SC)

RESUMO: Com este artigo, a proposta é refletir acerca da contribuição da coluna de *ombudsman* para a compreensão do acontecimento, entendido a partir da perspectiva de Quéré (2005; 2013). Não se trata de defender o papel da mídia na construção do acontecimento, mas de pensar sobre o potencial desse texto opinativo assinado por um jornalista na função de crítico e ouvidor. Como esse fragmento da publicação maior (o jornal) ajuda a proporcionar a elucidação de um fato socialmente marcante? Além dessa aproximação entre o conceito de acontecimento e crítica, é feita a análise da repercussão do suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo na coluna da *ombudsman* Paula Cesarino Costa, do jornal *Folha de S. Paulo*.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; acontecimento; *ombudsman*; crítica; Cancellier.

THE CONTRIBUTION OF THE NEWS
OMBUDSMAN COLUMN TO THE
UNDERSTANDING OF THE EVENT IN THE

CASE OF RECTOR CANCELLIER'S DEATH

ABSTRACT: With this article, the proposal is to reflect about the contribution of the news ombudsman column to the understanding of the event, conceptualized from the perspective of Quéré (2005; 2013). It is not a matter of defending the role of the media in the construction of the event, but to think about the potential of this opinionated text signed by a journalist in the role of critic and ombudsman. How does this fragment of the larger publication (the newspaper) help elucidate a socially striking fact? In addition to this approximation between the concept of event and media criticism, the analysis of the repercussion of the suicide of the rector Luiz Carlos Cancellier de Olivo is made in the news ombudsman Paula Cesarino Costa's column of the newspaper *Folha de S. Paulo*.

KEYWORDS: journalism; event; news ombudsman, media criticism, Cancellier.

1 | PERSPECTIVAS CONCEITUAIS SOBRE
ACONTECIMENTO

Como já publicado anteriormente (AZEREDO, 2018), o que se pretende é utilizar, neste artigo, o conceito de Quéré (2005; 2013), compreendido e aplicado por França (2012; 2013), Silva (2014) e Silva e Simões (2014).

São essas ideias que, melhor explicitadas a seguir, vão nortear a linha de raciocínio na tentativa de dialogar com outros conceitos como “*ombudsman*” e “crítica de mídia”. Busca-se averiguar o potencial dos textos publicados na coluna de ouvidoria quando se trata de auxiliar na compreensão do acontecimento que, na cobertura midiática, emerge em sua segunda vida. Mas, o que seria, primeiramente, acontecimento?

O acontecimento é um tipo de entidade, não havendo qualquer problema em considerá-lo como um indivíduo observável (ainda que ele não tenha substância). Com efeito, um acontecimento é uma unidade temporal relativamente bem delimitada (pelo menos quando é considerado de um certo ponto de vista), não sendo difícil separá-lo de outras unidades similares. (QUÉRÉ, 2013, p. 23).

França (2012, p. 12) explica que são “os fatos e as ocorrências que se destacam ou merecem maior destaque”. Seguindo a mesma perspectiva do sociólogo francês, ela propõe entender o acontecimento em seu poder hermenêutico e de afetação, que rompe com uma linearidade. São esses elementos, aprofundados na sequência, que constituem o acontecimento.

São fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e re-posicionam o futuro. (FRANÇA, 2012, p. 14).

A ordem hermenêutica do fenômeno ocorre porque, segundo Quéré (2005, p. 60-61), “por um lado, ele pede para ser compreendido (...) por causas; por outro, ele faz compreender as coisas. (...) a principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento”. A explicação das causas e o poder de esclarecimento do acontecimento intervêm, conforme o autor, na organização da conduta.

Ao ser apreendido sob diferentes pontos de vista, o “acontecimento passará a projetar um sentido novo sobre o mundo. Sentido do qual ele será a origem” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Por tratar-se de um fenômeno hermenêutico, “pode ser palco de encontro, interação, confrontação, determinação recíproca” (QUÉRÉ, 2005, p. 68). Quéré (2005, p. 69) segue definindo que o acontecimento “abre um horizonte de sentido, em particular introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro”.

Essa atribuição de sentido ocorre a partir de um processo identificado como individualização. Em relação ao fenômeno, Quéré (2013, p. 15) afirma que a individualização “o separa, circunscreve, estrutura, totaliza dando-lhe uma unidade e uma coerência internas, dota-o de uma identidade e de uma significação”. “O acontecimento não tem uma individualidade intrínseca: esta emerge de um processo de individualização” (QUÉRÉ, 2013, p. 23).

França (2013) esclarece que a identidade de um acontecimento não é estabelecida de dentro para fora, já que ele não possui uma natureza que o particularize intrinsecamente, não apresenta uma essência própria capaz de estabelecê-lo. A singularidade do acontecimento é fornecida pelas práticas que o configuram e pelos

discursos que o nomeiam. “Ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular” (FRANÇA, 2013, p. 66).

De acordo com a autora, o processo de individualização (ou individuação) pode ser dividido em cinco etapas: descrição, narrativização, dimensão pragmática, problema público e normalização. A primeira refere-se à inscrição do acontecimento em quadros de sentido, a segunda está relacionada à intriga e à temporalidade, a terceira tem a ver com os efeitos e as ações, a quarta remete ao interesse público e às questões problemáticas de uma sociedade e a quinta diz respeito à possibilidade de inscrever o acontecimento dentro de uma normalidade.

a) uma descrição, que promove uma categorização do acontecimento: ele é nomeado, filiado a um gênero (...) b) a narrativização (*mise en intrigue*), que é a articulação de seus vários momentos, a estruturação de sua temporalidade. (...) c) um pano de fundo pragmático, ou seja, a composição do acontecimento com práticas e ações que lhe seriam adequadas. (...) As maneiras como percebemos e nos comportamos face a uma situação ou acontecimento se incorporam na individuação deste acontecimento. (...) d) a caracterização como um problema público, ou seja, alguns acontecimentos são revistos sob um registro específico, que lhes atribui um alcance societal. (...) e) por último, sua normalização, que é a redução de sua contingência e indeterminação, através de sua inscrição num contexto causal e social, tornando manifesto seu caráter típico. (...) Trata-se da redução do estranhamento e de seu entranhamento na estrutura do vivido (campo da experiência)”. (FRANÇA, 2013, p. 67-68).

Silva e Simões (2014, p. 36) mantêm a divisão em cinco etapas, mas enfatizam a “recepção pública” como um momento constitutivo do acontecimento.

Individualização é um processo e, como tal, pode ser decomposta em etapas, estreitamente ligadas umas às outras: a descrição (nomeação, enquadramento); a narração (as temporalidades e ações que constroem a intriga); a recepção pública (a constituição de públicos cujas práticas e discursos contribuem para constituir e nomear o acontecimento); a dimensão pragmática (ações e reações próprias daquele tipo de acontecimento); a configuração de problemas públicos (potencial de certos acontecimentos para criar, revelar ou modificar problemas coletivos); e a normalização (a redução da indeterminação do acontecimento, o tratamento da ruptura provocada, a recomposição do fluxo normal da experiência).

“A individualização do acontecimento assim apreendido excede o momento da sua ocorrência: o acontecimento continua, de fato, a ocorrer e a singularizar-se enquanto produzir efeitos sobre aqueles que afeta” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Os afetados vão seguir atribuindo sentido (s) ao fenômeno, descrevendo-o, narrando-o, agindo em relação a ele, debatendo acerca dos problemas públicos que ele faz emergir e, por fim, tentando reduzir as possibilidades de que um acontecimento semelhante venha, novamente, a provocar uma ruptura.

Sobre o poder de afetação, França (2012, p. 13) sintetiza: “um acontecimento acontece a alguém; ele não é independente nem autoexplicativo, não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito – uma pessoa, uma coletividade”. Para Quéré (2013), o acontecimento produz um conflito entre ele próprio e o sujeito. Esse processo tem continuidade com

a descoberta de implicações imediatas e de médio prazo, ambas geradas pelo que aconteceu.

O acontecimento proporciona uma transação e, a partir daí, dá lugar a uma experiência. Experiência 'tida' (para falar como Dewey), que é fonte de identidade, ao mesmo tempo para o acontecimento e para quem, por ele, é atingido. A experiência é, pois, aquilo pelo que um sujeito e um mundo se constituem, confrontando-se com acontecimentos, na articulação mais ou menos equilibrada de um saber e de um agir. (...) Acontecimento e sujeito surgem, assim, em conjunto, ligados inextrincavelmente: a singularidade do acontecimento e a ipseidade daqueles que o sentem são tecidas em conjunto, até porque é através da sua apropriação por indivíduos ou por coletivos que o acontecimento adquire a sua identidade e a sua significação próprias. (QUÉRÉ, 2005, p. 70).

Além dessas duas possibilidades de articulação de identidade (tanto do acontecimento quanto do sujeito afetado pelo acontecimento), é importante apresentar aspectos relacionados à ruptura provocada por este fenômeno. Ele “introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 61), fazendo emergir um passado que não existia até então.

Silva e Simões (2014, p. 36) reforçam que o “acontecimento é algo que provoca uma ruptura na experiência de indivíduos ou coletividades; que interpela os atores a agir para recompor o fluxo normal da experiência; que revela situações problemáticas da vida coletiva”. Ao romper com essa linearidade e impelir os afetados à recomposição da normalidade, o acontecimento tem sua dimensão temporal e espacial definidas e ampliadas.

Ele “tem um início, um fim e uma certa duração. Pode ser situado e datado com precisão (...). Poderá ter sido esperado e, quando produzido, satisfazer ou desfazer as esperanças, validar ou contrariar as previsões, preencher ou desiludir as expectativas” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Mas, extravasa esse presente, “porque se alonga para o futuro e para o passado” (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

É necessário dizer ainda que o acontecimento, na concepção do sociólogo francês, possui duas vidas, profundamente interligadas, separadas apenas para efeitos de compreensão. A primeira, conforme França (2012, p. 14), “é da ordem do existencial – trata-se do acontecimento que percebemos, que nos toca, que congestiona o nosso cérebro, dificulta nossa respiração, acelera o nosso coração. A segunda vida é o acontecimento tornado narrativa, tornado um objeto simbólico”.

Nesse aspecto, Quéré (2005, p. 72-73) defende que “o papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas”. Além de colaborar para trazer à luz essa segunda vida do acontecimento, a mídia proporciona um espaço onde o processo de individualização também pode ocorrer. Nos veículos de comunicação circulam versões, opiniões e dúvidas acerca do fenômeno.

Esses comentários constituem uma das formas de desenvolvimento do inquérito que explora o potencial de esclarecimento e discriminação dos acontecimentos, já

que problematizam as situações discordantes por estes criadas ou reveladas com vista a uma resolução. (QUÉRÉ, 2005, p. 74).

O objetivo, por meio deste artigo, é refletir acerca da contribuição da coluna de *ombudsman* para a compreensão do acontecimento, sendo ela um dos locais onde essa problematização (por meio da narração) é feita. Trata-se de uma publicação que reúne questionamentos, diferentes pontos de vista e esclarecimentos acerca de algo que afeta a coletividade, a partir de uma crítica à cobertura midiática. Importante dizer que é nessa cobertura que o acontecimento emerge em sua segunda vida, ou seja, recebe uma dimensão simbólica. Ao criticar essa veiculação, a coluna traz novos elementos e contribui para dar significado ao fenômeno.

2 | OMBUDSMAN E CRÍTICA DE MÍDIA

Conforme conceituação aprofundada em trabalho anterior (AZEREDO, 2016), cabe ressaltar neste artigo que o cargo de *Ricksdagens Justitieombudsman* (nome original, posteriormente abreviado para *ombudsman*) surge na Suécia, em 1809, para indicar as atribuições do representante do povo perante a monarquia. Com o passar do tempo, a função passou a ser exercida em outros países e em outras áreas.

Na imprensa dos Estados Unidos, o primeiro jornal a tornar públicas as reivindicações recebidas dos leitores foi o *The Washington Post* em 1970. Serviu de inspiração para que, em 1989, a *Folha de S. Paulo* instituisse o primeiro *ombudsman* na mídia latino-americana. Atualmente, a jornalista Paula Cesarino Costa é a 12ª ouvidora da empresa.

Em suas colunas, publicadas aos domingos, no jornal impresso e no site, ela, a exemplo de seus antecessores, realiza a crítica da cobertura jornalística semanal. Apresenta, no texto, dúvidas, elogios e reclamações dos leitores, explicações de colegas (quando questionados ou reprovados), posicionamentos institucionais e análises próprias acerca do tema.

Para além das conceituações (LOURES, 2008; CHRISTOFOLETTI, 2008) e das problematizações possíveis acerca da função de *ombudsman* (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2008), importa frisar que se trata de um jornalista fazendo, a partir de informações coletadas por meio de observação, entrevista e pesquisa documental, a crítica da empresa e dos colegas de profissão. Também seria possível chamar de autocrítica, pois o ouvidor é funcionário do veículo e compartilha os valores profissionais do jornalismo, ainda que nem sempre esse veículo ou os colegas de profissão concordem com a crítica publicada.

Mas a abordagem da coluna não se restringe à crítica da prática jornalística, quanto ao trabalho de apuração, edição e publicação de informações, nem ao resultado da interação com os leitores. Ao fazer a autocrítica, o ouvidor, apresenta, no seu texto, dados informativos acerca do acontecimento narrado pela mídia. Em sua análise, reconstitui determinados aspectos do acontecimento a fim de criticar a

cobertura desse fenômeno.

3 | A CRÍTICA NA COMPREENSÃO DO ACONTECIMENTO E O CASO DO SUICÍDIO DO REITOR

Exemplo dessa reconstituição, que vai além da crítica da cobertura e das interações com o público, trazendo novos dados informativos sobre o acontecimento, ocorre na coluna de Costa (2017). Na publicação veiculada no site da *Folha de S. Paulo*, abaixo do título, está uma galeria com nove fotos, acompanhadas de legenda. Esses pequenos textos, em formato de retrospectiva, contêm data, nome de envolvidos e outras informações sobre a operação Ouvidos Mucos e o suicídio do então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ocorrido em 02 de outubro de 2017.

A análise, de 70 linhas, reconta a história a partir do que foi narrado anteriormente pelo próprio jornal, nomeando personagens e momentos principais. “É preciso reconstituir o episódio”, reconhece Costa (2017, s/n). E é por meio dessa reconstituição que ela realiza a crítica da cobertura e contribui com outros elementos que ajudam a compreender e interpretar o acontecimento.

Executada pela Polícia Federal, a operação Ouvidos Mucos investigava desvios de verbas de um programa de bolsas na modalidade Educação a Distância (EaD). A iniciativa havia recebido, no total, R\$ 80 milhões da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Governo Federal. O valor desviado teria sido de R\$ 3 milhões e o crime teria ocorrido entre os anos de 2011 e 2015, antes da gestão de Cancellier.

O ex-reitor foi preso, em 14 de setembro de 2017, acusado de tentar prejudicar as investigações. Negou que tenha agido com essa finalidade, mas, apesar de solto, foi proibido de ter acesso à UFSC. Em 02 de outubro de 2017, cometeu suicídio, deixando um bilhete com a seguinte frase: “A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!”. Nesses 17 dias entre sua prisão e sua morte, Cancellier foi citado, em matérias jornalísticas, como participante e/ou líder do grupo que desviou R\$ 80 milhões.

Ou seja, foi um erro triplo: nenhuma investigação havia sido concluída (portanto, nenhuma acusação havia sido oficializada), o desvio não era de R\$ 80 milhões e o ex-reitor nem sequer esteve entre os suspeitos de ter desviado a quantia (que teria sido de R\$ 3 milhões, em episódio ocorrido em duas gestões anteriores). Na *Folha de S. Paulo*, duas matérias foram publicadas cometendo erros nesse sentido. A primeira (Imagem 1) está no site, datada de 14 de setembro de 2017, e a outra foi veiculada na edição impressa do dia 15 (Imagem 2).



Imagem 1 – Matéria publicada na versão online da Folha de S. Paulo
 Fonte: Imagem captada pela autora a partir do site da *Folha de S. Paulo*



Imagem 2 – Matéria publicada na versão impressa da Folha de S. Paulo
 Fonte: Imagem captada pela autora a partir do site da *Folha de S. Paulo*

Como é possível perceber, já a partir do título da matéria publicada em versão impressa, a compreensão do acontecimento fica comprometida com essas duas versões. O engano prossegue mesmo após o suicídio do reitor, na edição impressa de 03 de outubro de 2017, quando novamente Cancellier é anunciado como suspeito de desviar R\$ 80 milhões (Imagem 3).



Fonte: Imagem captada pela autora a partir do site da *Folha de S. Paulo*

Imagem 3 – Matéria publicada na versão impressa da Folha de S. Paulo

A coluna de Costa (2017) foi publicada cinco dias depois, em versão impressa e online (Imagem 4). Nela, o erro é denunciado e o acontecimento recebe nova tentativa de compreensão. Dessa vez, não se trata mais de um reitor sendo investigado por desviar R\$ 80 milhões, nem de um suicídio cometido por uma figura notória. Ao descrever e narrar o que aconteceu, trazendo outras informações, a *ombudsman* demonstra as falhas da cobertura jornalística e oferece novos elementos para compreender o fenômeno.



Imagem 4 – Coluna publicada na versão online da Folha de S. Paulo

Fonte: Imagem captada pela autora a partir do site da *Folha de S. Paulo*

Considerando o processo de individualização do acontecimento (exposto anteriormente), é possível afirmar que a nova descrição (realizada pela *ombudsman*) é feita pela perspectiva da tragédia. “O corpo no chão do shopping tornou-se trágico sinal de alerta”, começa Costa (2017, s/n). A injustiça descrita na coluna da ouvidora teria sido resultado da postura errada dos jornalistas (que não apuraram, nem publicaram corretamente as informações) e exagerada dos agentes públicos responsáveis pela operação. Cancellier é descrito como vítima.

Na etapa de narrativização, a *ombudsman* apresenta, na sequência, os momentos que marcaram o acontecimento, a partir da própria narrativa que foi construída pela imprensa em geral e pela Folha em particular. Relata trechos da matéria publicada quando a prisão ocorreu, o artigo em que o ex-reitor se defende e se diz amedrontado com a suspeita, o suicídio, a nota de quatro linhas em que a Folha admite o erro de informação e a reportagem com a publicação de uma carta do então corregedor da UFSC (denunciando pressões oriundas da reitoria, na intenção de impedir as investigações). Menciona outros envolvidos no caso: a delegada da Polícia Federal, a juíza que decretou a prisão, os ex-reitores (que estavam na gestão da UFSC quando teria ocorrido o desvio e que não foram investigados), o advogado do reitor e os colegas responsáveis pela cobertura (editor de Cidades, Eduardo Scolese, e secretário de Redação, Vinícius Mota).

As outras três etapas do processo de individualização (dimensão pragmática, caracterização como problema público e normalização) requerem uma análise mais aprofundada para serem percebidas (o que nem seria possível, tendo em vista as limitações do objeto empírico selecionado para este artigo). Importa dizer que, ao descrever e narrar o fenômeno e ao fazer a crítica do modo como a imprensa o descreveu e narrou, a *ombudsman* contribui para constituir a segunda vida do acontecimento, atribuindo sentido a ele.

“O que interessa é refletir sobre a maneira como a mídia tem lidado com operações policiais que buscam holofotes em investigações ainda em andamento”, argumenta Costa (2017, s/n). Segundo ela, a publicação da nota de quatro linhas foi uma reação insuficiente diante desse acontecimento. A ouvidora explicita problemas coletivos que emergem do fenômeno: a espetacularização de ações da Polícia Federal, a postura precipitada do jornalismo e o ambiente de condenação e punição instaurado na sociedade.

A *ombudsman* também associa esse acontecimento a outros anteriores. “Esse comportamento não é exclusivo desse caso. Tem sido rotineiro diante de tantas investigações”, alerta Costa (2017, s/n). Por fim, emite opiniões e sugere correções na postura de colegas, chamando a atenção para valores sociais como coragem, autovigilância e responsabilidade e expectativas em relação à profissão como precisão e pluralidade.

Entende-se que a ouvidora participa do processo de individualização, junto com os demais agentes jornalísticos (profissionais, veículos *etc.*), tendo em vista que ajudou a

separar, estruturar e dotar o acontecimento de identidade e significação. Ao contrariar as expectativas e os valores da comunidade acadêmica, jornalística e social, o suicídio de Cancellier fez pensar e fez agir, provocando uma ruptura e gerando possibilidades interpretativas.

Essas tentativas de compreensão aparecem na publicação da *ombudsman* quando menciona a tragédia, a incorreção da cobertura jornalística, a falha da operação policial e a admissão de erro ineficiente. Nesse espaço, ela cobra da mídia a revisão de procedimentos para uma colaboração mais efetiva no trabalho de identificação do(s) acontecimento(s) e de discussão pública sobre eles.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante frisar que esse acontecimento (suicídio do ex-reitor) não pode ser entendido unicamente por meio da coluna analisada neste artigo (nem só a partir das matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* – como demonstrado). A compreensão do fenômeno, em sua totalidade, requer outros pontos de vista (não apenas de veículos de comunicação, mas da versão de outros atores como comunidade acadêmica, membros do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, que se manifestaram sobre o caso). O objetivo, por ora, foi apenas verificar como o texto de *ombudsman* pode auxiliar na compreensão do que aconteceu. Por meio do relato apresentado, Costa (2017) ajudou a compor a interpretação do ocorrido.

No texto da coluna, pode-se perceber que o acontecimento tem um presente localizável (suicídio no dia 02 de outubro de 2017), porém extravasa esse presente, fazendo emergir um passado (prisão, erros na divulgação das informações) e propondo um futuro (correções de postura por parte de jornalistas, atenção a valores sociais e profissionais). Nessa publicação da ouvidora, a segunda vida do acontecimento segue sendo constituída, colaborando para a narrativa do fenômeno.

Cumpre-se, portanto, o objetivo do artigo de propor um diálogo entre esses dois conceitos (*ombudsman* e acontecimento). São, novamente, reconhecidas as limitações dessa análise, mas aponta-se a possibilidade de aprofundar a pesquisa dando continuidade a esse raciocínio. É reconhecida a importância da concepção de acontecimento para refletir sobre valores sociais e da crítica de mídia para pensar a respeito de valores profissionais. A aproximação de ambas ideias, em trabalhos futuros, tende a contribuir para aprimorar o entendimento que se tem acerca de suas potencialidades e limitações como teorias no jornalismo e na comunicação, dialogando com a sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Diana. Ética e narratologia: significados que emergem da coluna da *ombudsman* Vera Guimarães Martins. 2016. 97 f. Monografia (Curso de Comunicação Social –

Jornalismo) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1457/1/Diana%20de%20Azeredo.pdf> Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. A contribuição da coluna de *ombudsman* para a compreensão do acontecimento no caso da morte do reitor Cancellier. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1491/730> Acesso em: 22 mar. 2019.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ver, olhar, observar. In: _____; MOTTA, Luiz Gonzaga (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

COSTA, Paula Cesarino. Jornalismo de ouvidos moucos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/10/1925311-jornalismo-de-ouvidos-moucos.shtml> Acesso em: 03 jul. 2018.

FAUSTO NETO, Antônio. Ombudsman: a interrupção de uma fala transversal. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-15, jul./dez. 2008.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, n. 10, set. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3705> Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (Orgs.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: _____; PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, 2005.

_____. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, n. 10, set. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3703> . Acesso em: 01 jul. 2018.

SILVA, Terezinha. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do “Mensalão”. **Intexto**, Porto Alegre, n.30, p. 72-92, jul. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/47822> Acesso em: 01 jul. 2018.

_____; SIMÕES, P. G. Um acontecimento em disputa: sentidos da exumação de Jango. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p34/27174> Acesso em: 27 jun. 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-388-0

